

MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR CIVIL DO COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR (1998-2018)

Genivaldo Cruz Santos

Resumo: Esse estudo visa socializar a memória de um professor civil que conviveu no mundo militar em diversas frentes, desde o alistamento e a prestação do serviço militar à docência em um sistema militar de ensino. Para tanto, lançamos mão do histórico do Exército brasileiro evidenciando a criação do primeiro Colégio Militar que estimulou a criação do Sistema Colégio Militar do Brasil, resultando em vários colégios militares espalhados pelo país. No meu caso relatei as experiências pedagógicas vividas durante 20 anos no âmbito do Colégio Militar de Salvador. Destacando desde a sua criação, passando pelo processo de seleção de novos alunos para ingressar no sistema de ensino, pela definição do comportamento e disciplina do corpo docente a partir de um regimento específico para os colégios militares, pelo aspecto competitivo e individualista cultuados na instituição soteropolitana, pela diversificação do corpo docente tanto na forma de ingresso, quanto na formação acadêmica, pela análise da proposta pedagógica adotada no colégio, até o patrulhamento pedagógico executado por agentes militares ocupantes de cargos estratégicos na gestão da educação militar, mesmo tendo esses agentes, formação acadêmica frágil ou alheia à educação. Na tentativa de cumprir essa tarefa, apresentei uma narrativa (auto)biográfica dessas impressões enquanto professor desse sistema educacional. Esse estudo contou também com procedimentos metodológicos sustentados na pesquisa qualitativa a partir da análise e interpretação de documentos e textos científicos publicados sobre o sistema educacional militar, visando descrever os fenômenos e compreender as atitudes, motivações e comportamentos vivenciados, especificamente, no Colégio Militar de Salvador. A abordagem (auto)biográfica como caminho investigativo e reflexivo do fazer pedagógico, foi uma ferramenta importante na pesquisa. Desta forma, esse estudo teve como objetivo a descrição dos relatos (auto)biográficos e pesquisa bibliográfica sobre os aspectos pedagógicos do Colégio Militar de Salvador e outras peculiaridades que tomamos conhecimento por ocasião de 20 anos de trabalho como professor civil nessa instituição de ensino.

Palavras-Chave: Memórias. Exército Brasileiro. Sistema Colégio Militar. Educação. Ensino.

MEMORIES OF A CIVILIAN TEACHER AT SALVADOR MILITARY SCHOOL (1998-2018)

Abstract: This study aims to socialize the memory of a civilian teacher who lived in the military world on several fronts, from enlistment and military service to teaching in a military education system. To do so, we used the history

of the Brazilian Army, evidencing the creation of the first Military School that stimulated the creation of the Military School System in Brazil, resulting in several military Schools spread across the country. In my case, I reported the pedagogical experiences lived for 20 years at the Military School of Salvador. Highlighting since its creation, through the process of selecting new students to enter the education system, by defining the behavior and discipline of the student body from a specific regiment for military Schools, by the competitive and individualistic aspect worshiped in the Salvadoran institution, by the diversification of the teaching staff both in the form of admission, and in academic training, by the analysis of the pedagogical proposal adopted at the school, to the pedagogical patrolling carried out by military agents occupying strategic positions in the management of military education, even with these agents, training weak academic or uneducated. In an attempt to accomplish this task, I presented an (auto)biographical narrative of these impressions as a teacher of this educational system. This study also relied on methodological procedures based on qualitative research from the analysis and interpretation of scientific documents and texts published on the military education system, aiming to describe the phenomena and understand the attitudes, motivations and behaviors experienced, specifically, at the Military School of Salvador. The (auto)biographical approach as an investigative and reflective way of pedagogical practice was an important tool in the research. Thus, this study aimed to describe the (auto)biographical reports and bibliographical research on the pedagogical aspects of the Military School of Salvador and other peculiarities that we learned about during 20 years of work as a civil teacher in this educational institution.

Keywords: Memoirs. Brazilian army. Military School System. Education. Teaching.

Introdução

Na condição de Ex-Reservista cabe relatar o recebimento em 22 de dezembro de 1991 do título de Honra ao Mérito por ter prestado Serviço Militar como Atirador no Tiro de Guerra 06-001 em Alagoinhas (BA), que assim dizia:

“...manteve excelente atividade e modelar comportamento, como confirmam as alterações e a observação no modo como desempenhou os encargos que lhe foram atribuídos, fazendo jus a esta prova de distinção dos seus superiores hierárquicos.”

Dessa forma, o recebimento do Certificado de Reservista de 2ª Categoria sob o nº 098039-B, Série B, naquela época – e ainda hoje –

representava a quitação com o serviço militar obrigatório. Paralelo a esse episódio cursava o segundo semestre do Curso de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia na Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas (FFPA), ligada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), imaginando que essa seria minha última experiência com o Exército brasileiro. Naquele contexto os Tiros de Guerra funcionavam a partir de um convênio entre Prefeituras e o Ministério do Exército.

Quis o “destino” pregar-me mais uma peça, e em 9 de junho de 1998 através da Portaria n° 108, Seção 3, página 10, foi homologado o resultado final do Concurso Público para a Categoria Funcional de Professor de Ensino de 1° e 2° graus (Código MAG-0404), observada a localidade/UF de Inscrição, ou seja, Salvador (BA), sendo aprovado para ministrar as disciplinas Ciências Físicas e Biológicas (CFB) e Biologia no Colégio Militar de Salvador (CMS).

Começava aí minha saga no CMS, onde por 20 anos (1998-2018) fui testemunha ocular de vários absurdos educacionais e as mais variadas interferências indevidas e perpetradas por oficiais militares que ocupavam funções de comando e decisão no colégio, mas que na maioria das vezes não tinha a devida qualificação ou tato para lidar com o corpo docente, tampouco com o mundo educacional.

Entretanto, antes de discorrer sobre minhas impressões durante esse período, seria de extrema importância resgatar um pouco do histórico da criação do Exército brasileiro, para entendermos melhor o papel desempenhado por essa organização militar no processo educacional no Brasil.

Salvo melhor juízo, foram as batalhas dos Guararapes na então colônia portuguesa – de abril de 1648 a fevereiro 1649 – que resultaram na saída dos holandeses do Nordeste brasileiro em 1654. Provavelmente a partir daí deu-se início a tutela militar ao projeto de país, coincidindo também com o sentimento de patriotismo e identidade nacional naquele momento histórico.

Por força do simbolismo caracterizado neste confronto militar para vencer e expulsar um inimigo (os holandeses) pode-se dizer, que a existência do Exército ocorreu antes mesmo da formação do Estado brasileiro.

O processo educacional implementado pelo Exército brasileiro ocorre após esse conflito e antes da presença da Família Real no Brasil, caracterizado como um ensino desqualificado e vinculado aos jesuítas (Companhia de Jesus). Segundo Luchetti (2006), “o ensino militar no Brasil Colônia era precário, com aulas realizadas de forma avulsas e descentralizadas. Em 1699 na cidade do Rio de Janeiro foi criado o Curso Prático de Fortificação, sendo o primeiro núcleo de formação de ensino militar no Brasil”.

Com a Família Real se refugiando no Brasil (1808), a criação de um Exército que conferisse sua segurança seria inevitável. Para Pirassununga (1958) “essa garantia de segurança perpassava pela criação de um Exército capaz de produzir um processo educacional que visasse instruir os futuros oficiais militares, que bem instruídos poderiam dar sustentabilidade a uma organização militar forte e eficiente como os exércitos europeus”.

Segundo Homero (2006) após o período colonial, o Exército brasileiro teve que rivalizar – curiosa e diferentemente do que se vê hoje – com as milícias da época e, principalmente, com a Guarda Nacional, gerando um clima de instabilidade política até 1840, pois esta força era manipulada na disputa política de poder entre o governo central e a elite burguesa da época.

O Império a partir de 1840 utiliza o Exército como instrumento importante em diversas intervenções externas visando manter a influência brasileira na região e para resolver conflitos e problemas políticos externos também, a exemplo, da Guerra do Paraguai (1864-1870) que foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América Latina (HOMERO, 2006).

É nesse contexto que surge o precursor do que seria mais tarde um sistema educacional, fato esse que ocorre especificamente durante o segundo Reinado que correspondeu ao governo do imperador D. Pedro II, com duração de 49 anos (1840-1889) e que fora marcado por várias mudanças sociais, políticas e econômicas.

A motivação para a criação do primeiro colégio militar tem suas raízes fincadas nos inúmeros órfãos resultantes do conflito da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) com o Paraguai, bem como, para atender os filhos de militares. Assim, segundo Carvalho (1989) foi proposto em 1853

pelo Marquês de Caxias a criação de um Educandário semelhante ao criado por Napoleão Bonaparte na França, mas por razões diferentes.

Com a criação do Imperial Colégio Militar da Corte, na cidade do Rio de Janeiro em 9 de março de 1889, através do Decreto Imperial nº 10.202 (BRASIL, 1889), foi dado assim, o primeiro passo para a criação de um colégio de instrução e educação militar, com duas finalidades: a preparatória, fomentando nos alunos a carreira militar; e a assistencial, proporcionando um ensino gratuito e de qualidade para os filhos de militares, prioritariamente.

Já na primeira Guerra Mundial (1914-1918) o Exército brasileiro adotou o recrutamento obrigatório, que vigora até hoje, mas não participou desse conflito. A partir de 1920 o Exército buscou melhorar sua capacidade de combate em conflitos externos, iniciando uma política de defesa nacional (CARVALHO, 2006).

Segundo Barone (2013) a Força Expedicionária Brasileira participou da segunda Guerra Mundial (1939-1945) com muita dificuldade estrutural, e mais uma vez o Exército brasileiro se envolvia em um conflito externo sem as mínimas condições necessárias.

Segundo Zimmermann (2015) depois da segunda Guerra Mundial o Exército perpetrou e participou ativamente da Ditadura Militar (1964-1985), num contexto político extremamente crítico, pois envolvia a disputa de duas grandes superpotências bélicas e econômicas, ideologicamente distintas, de um lado a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (regime comunista) e do outro os Estados Unidos da América (EUA) (regime capitalista). Este período ficou conhecido como Guerra Fria. Foi neste cenário que se deu o Golpe Militar de 1964 com o apoio e colaboração dos EUA.

Tanto na primeira quanto na segunda Guerra Mundial e na Ditadura Militar o efetivo de Colégios Militares foi se expandindo no território nacional no formato de um Sistema Educacional Militar. Com a redemocratização, a força militar terrestre, se dedicou na captação de recursos nos diversos governos democráticos para promover a modernização tecnológica, bélica e estrutural. E o Sistema Colégio Militar do Brasil-SCMB atual conta com 14 Colégios distribuídos em 13 Estados da Federação e 1 no Distrito Federal.

Dessa forma, o objetivo desse estudo é descrever por meio de relatos autobiográficos e de pesquisa bibliográfica, a origem, objetivos e o processo de criação do SCMB, dando ênfase às experiências, *práxis* pedagógica e contradições vivenciadas enquanto docente por vinte anos no Colégio Militar de Salvador (CMS).

Sistema Colégio Militar do Brasil

Breve histórico

Os Colégios Militares compõem o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), tendo a responsabilidade da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) e do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), órgão responsável pelo gerenciamento do ensino no âmbito do Exército Brasileiro (BRASIL, 2008).

O primeiro Colégio Militar do Brasil foi instalado na cidade do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889, sendo o pioneiro dentre os catorze colégios militares espalhados pelo país. A escolha do local para acolher o primeiro colégio militar resultou de interesses políticos e estratégicos, pois o Rio de Janeiro naquela época era a sede do poder político do Império, bem como, sede dos comandos militares (HARTMANN; BECKER, 2018).

O processo seletivo para a escolha do corpo docente que atuaria no primeiro Colégio Militar seguiu o bom e velho estilo do q.i. – quem indica – e outro contestável critério, o “notório saber”, além de requerimento pessoal ao comandante do CMRJ, escolhendo, ou melhor, “selecionando” professores tanto civis quanto militares, grupos distintos de professores que dura até os dias atuais.

Os alunos que ingressam até hoje no CMRJ, diferente dos outros CMB, são obrigados a escolher as Armas do Exército Brasileiro que integrarão (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Comunicações), quando chegam ao ensino médio, a partir da meritocracia, ou seja, baseado no desempenho escolar (nota global final) obtido ao concluir o Ensino Fundamental II (DEPA, 2016).

Segundo Hartmann e Becker (2018) “O êxito obtido pelo CMRJ, desde sua criação, serviu de exemplo e teve um efeito multiplicador permitindo que a ideia de criação de novos colégios militares se propagasse dentro do Exército

Brasileiro e ganhasse força para criação de novos estabelecimentos de ensino em outras regiões do país”. Dessa maneira, o CMRJ foi o impulsionador para a criação do SCMB na estrutura funcional e organizacional do Exército Brasileiro.

Os colégios militares se firmaram no cenário educacional brasileiro como uma máquina de aprovação nas universidades públicas mais concorridas e nos cursos mais almejados pelos candidatos do antigo vestibular, hoje Enem, e também um celeiro de revelação de talentos nas diversas olimpíadas (de matemática, física, química, história, redação). Constituindo-se em um ensino de referência e qualidade na educação básica nacional.

Os CMB também representam uma extensão das Forças Armadas, principalmente no que se refere às normas de conduta, ao respeito à hierarquia e à instauração da disciplina, fatores que caracterizam como princípios basilares para o ensino militar (NOGUEIRA, 2014). A hierarquia e a disciplina funcionam para promover e propagar a “ideologia” adotada pelo Exército Brasileiro.

A meta da educação pretendida pelo SCMB é a de:

[...] levar seus alunos à descoberta das próprias potencialidades, à autorrealização, à qualificação para o trabalho e prepará-los para a vida como cidadão, educado, conforme os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro. A força Terrestre investe na qualidade de ensino por meio de práticas inovadoras que conduzem a uma educação integral, possibilitando simultâneo desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e psicomotora (BRASIL, 2021, on line).

Para atingir os objetivos de ensino da instituição, a proposta pedagógica do SCMB deve atender os dispositivos legais da legislação federal de educação, ajustando suas normas à LDB/96.

A educação militar no Brasil também está alicerçada no compromisso de transmitir e preservar valores éticos, históricos e culturais do país e, especialmente, do Exército Brasileiro (parece que essa instituição se

esqueceu de tais valores, especialmente, nos dias atuais). Segundo Vianna (2001) e Mendes (2014),

“este ensino tem suas práticas pedagógicas fundamentadas na transmissão da tradição e cultura do Exército Brasileiro, razão pela qual, há necessidade de adaptação de alunos e professores aos pressupostos da instituição”.

Nesse contexto, o SCMB exerce a função precípua de preparar seus alunos, tanto para as carreiras militares, quando para o exercício nas diversas profissões e funções públicas e privadas civis. “A preocupação na formação intelectual do aluno vem acompanhada de um interesse em formar um determinado indivíduo para uma determinada sociedade” (LEAL, 2009).

O SCMB também é responsável pela retroalimentação das Forças Armadas, com aprovação dos seus alunos no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Instituto Militar de Engenharia (IME) e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Dessa forma, este sistema educacional prepara seus alunos para ocupar cargos estratégicos tanto no mundo civil, quanto militar, tendo aí um “incontestável” histórico de “sucesso”.

Mas esse histórico de “sucesso” só se tornou realidade para o público feminino somente em 1989, quando o SCMB possibilitou o ingresso de estudantes do sexo feminino, ou seja, um século depois da criação do primeiro Colégio Militar. Demonstrando aí, possivelmente um viés sexista desse sistema de ensino, o fato é que, o ingresso de alunas nesse universo escolar só foi possível graças a Constituição Federal de 1988 que prevê no inciso I do art. 5º o seguinte:

“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Com o “fim” da Ditadura Militar no nosso país e por força constitucional as jovens mulheres têm acesso a um sistema educacional que privilegiava apenas o sexo masculino, isso, possivelmente, representou mais um traço do machismo estrutural, infelizmente ainda enraizado na sociedade brasileira, e muito provavelmente nas instituições militares.

Atualmente o SCMB tem um corpo discente em torno de aproximadamente 17 mil alunos cursando o ensino fundamental (6° ao 9°) e ensino médio, os quais estão distribuídos em 14 instituições nas cidades e estados: Belém (PA); Belo Horizonte (MG); Brasília (DF); Campo Grande (MT); Curitiba (PR); Fortaleza (CE); Juiz de Fora (MG); Manaus (AM); Porto Alegre (RS); Recife (PE); Rio de Janeiro (RJ); Salvador (BA); Santa Maria (RS); e São Paulo (SP) (BRASIL, 2009).

Memórias do Colégio Militar de Salvador

O Colégio Militar de Salvador (CMS) fora criado por Juscelino Kubitschek através do decreto nº 40.843 de 28 de janeiro de 1957. A placa que indicava a criação do CMS, localizada a época no 2° piso, omitia o nome do presidente Juscelino Kubitschek. Na ocasião chamei atenção sobre esse detalhe, o que causou desconforto para o comandante que dirigia o colégio naquele momento.

O CMS foi instalado inicialmente no bairro de Brotas, num prédio onde funcionava o Instituto de Preservação e Reforma até ser transferido para o bairro da Pituba em 02 de julho de 1961, mas no final da década de 1980, fora desativado, só voltando a funcionar em 1993, através de um convênio (existente até hoje) entre o Exército Brasileiro e o Governo do Estado da Bahia, na gestão do governador Antônio Carlos Magalhães, um dos principais políticos que defendeu e apoiou a Ditadura Militar no Brasil.

Um aspecto importante que merece ser destacado é que através do convênio mencionado o Governo do Estado cede em caráter temporário professores estaduais de diversas áreas de ensino para atuarem no CMS e em contrapartida ganha um percentual de vagas para ingresso a partir do 6° ano do ensino fundamental no CMS, mas ninguém sabe qual o critério utilizado para contemplação dessas vagas.

O curioso aí é que, mesmo tendo as escolas estaduais carência de professores, nas áreas de matemática, língua portuguesa, química, física, biologia, educação física, entre outras, a Secretaria de Educação do Estado cede professores para o CMS, sem nenhum pudor, sendo uma verdadeira inversão de prioridades.

Outra contradição é que foi o Poder Público Estadual que construiu o prédio do CMS, enquanto várias escolas estaduais da capital baiana e do interior no período (e ainda hoje) necessitavam de reformas, melhorias e ampliações, até então, não está clara qual foi a contrapartida do CMS para com o Estado da Bahia em virtude de tal investimento, já que dificilmente alunos oriundos da rede municipal ou estadual podem ingressar no CMS automaticamente, ou seja, sem prestar uma seleção pública superconcorrida.

O CMS é uma verdadeira jabuticaba dentro do SCMB, pois na área que funciona o Colégio, funciona também a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), tendo as duas escolas um mesmo gestor, denominado comandante da EsFCEEx/CMS.

Foi o primeiro dentre os colégios do SCMB a implementar o ensino integral a partir do 6º ano do ensino fundamental II em 2011, hoje expandido para todas as séries do EF II. Vale ressaltar que não houve qualquer discussão ou consulta ao corpo docente do CMS sobre a implantação desse modelo de ensino, foi uma imposição de cima para baixo, muito comum no cotidiano escolar do CMS.

O corpo docente do CMS é muito diverso, formado por professores civis concursados para o SCMB, professores da rede estadual de ensino, professores militares do Quadro Complementar de Oficiais, professores oficiais militares contratados temporariamente e oficiais da reserva que se arvoram no magistério, sem muitas vezes ter a devida competência técnica e acadêmica.

Como pode ser notado, criar uma unidade reivindicatória com um grupo de professores tão diverso seria praticamente impossível. Apenas alguns dos professores civis concursados para atuar no CMS são sindicalizados. A maioria dos professores são intimidados, conformados ou cúmplices das singularidades do cotidiano escolar, configurando-se desse jeito num Brasil paralelo.

Os Colégios Militares, conforme publicado no Boletim do Exército nº 1, de 4 de janeiro de 2013 (BRASIL, 2013), “tem através da expansão da capacidade de atendimento aos filhos de militares, pelo aumento das matrículas de seus dependentes e consequente ingresso nos diversos Colégios

Militares cumprir um dos objetivos estratégicos do Exército que é fortalecer a dimensão humana e também aprimorar a qualidade de vida da Família Militar”.

Um aspecto importante a ser destacado no sistema militar de ensino é que o corpo discente é civil, ainda que seus pais sejam militares, assim, diversos alunos foram e são formados a partir de uma educação de qualidade, mas financiada pelo mundo civil, que na maioria das vezes não tem acesso a um sistema educacional de qualidade. Será que se o SCMB fosse bancado apenas pelo mundo militar seria o sistema que é hoje?

Alunos que ingressam nesse sistema educacional militar via concurso público, em sua maioria são de famílias de origem civil. O acesso de qualquer aluno ao Sistema sem parentesco de 1º grau militar é algo muito difícil, pois concorrem às poucas vagas disponibilizadas vários candidatos mirins que cursarão – caso sejam aprovados – no ano subsequente o 6º ano do ensino fundamental.

Vários desses candidatos mirins frequentam cursos preparatórios caríssimos, o que afunila ainda mais as chances de um candidato de classe popular oriundo do ensino público municipal ou estadual conseguir em pé de igualdade intelectual uma das vagas no certame para acessar ao SCMB.

Os alunos do atual SCMB não são subordinados ao mesmo regulamento dos militares aparentemente, mas a um regimento disciplinar e administrativo, alinhado aos princípios da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e das Legislações Educacionais vigentes.

Apesar da existência de tais institutos legais, por diversas vezes testemunhei a tentativa de tornar as concepções educacionais dos regimentos internos empregados no CMS como lei educacional maior, tangenciando as legislações federais de educação vigentes no país.

A Educação Básica concebida no CMS é primada pelo excesso de conteúdo do livro didático, os alunos são condicionados, tão somente, para o culto às tradições militares e à aprovação no Vestibular/Enem, dessa forma, acredito que a formação crítica, ampla e contextualizada preconizada na nova BNCC, fica prejudicada, já que recomenda especial atenção para o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação humanística

e cidadã no e do aluno, desencorajando qualquer proposta pedagógica com viés bitolado e reducionista. Nogueira (2014) alerta:

“a presença da hierarquia, da disciplina e da rotina militar vivenciada no interior dos CMs destaca-se pela padronização dos procedimentos metodológicos. Dessa forma, entre fardas, patentes, funções e cargos, o sistema educacional privilegia o respeito e a observância das normas de conduta e hierarquia”.

“A disciplina é observada pelas punições aplicadas àqueles que não se adequam às normas, e, em contrapartida, quando identificados comportamentos desejáveis e atitudes adequadas, ao bom funcionamento do sistema, recompensando os alunos por meio de condecorações como forma de incentivo” (BRASIL, 2015). Tanto nas formaturas, quanto em eventos institucionais os alunos com melhor desempenho escolar quantitativo e qualitativo são exaltados. Isso estimula o culto à competição desenfreada e obsessiva na busca por melhores resultados quantitativos – mesmo que desatrelado dos resultados qualitativos – por parte não só dos alunos como também dos pais.

Vianna (2001) pontua que “o interesse do Exército Brasileiro pela educação militar repousa no fato de legitimar os valores de ordem moral, a tradição da instituição e a formação de uma consciência humanística, patriótica e cívica que contribua para o projeto de nação defendido pelo sistema”. Utilizar a educação militar para incutir e defender uma versão unilateral e hegemônica de nação, não está de acordo com o que preconiza o art. 142 da CF/88.

Historicamente o Exército Brasileiro em várias ocasiões adotou uma postura de tutor máximo da pátria, colocando-se como um quarto poder, um guardião autoproclamado dos interesses nacionais, desviando-se assim das suas atribuições constitucionais. Um sistema educacional não pode servir para doutrinar seus alunos, incutindo-lhes um pensamento único de país, mesmo porque no Brasil, existem vários Brasis, que precisa ser compreendido na sua real dimensão de complexidade social, histórica, étnica, econômica, educacional, bem como, na sua pluralidade cultural.

Enquanto docente por vinte anos no CMS, posso afirmar que o patrulhamento ideológico existiu na minha época e talvez ainda exista. Seja a partir dos documentos pedagógicos, a exemplo, do plano de aula, até a presença de militares dentro da sala durante as aulas para verificar a *práxis* pedagógica do professor.

O plano de aula sempre ficava exposto em cima de uma mesa no fundo da sala para conferência dos “fiscais” oriundos da Supervisão de Ensino ocupada por oficiais militares da ativa ou da reserva sem ou com uma noção mínima de pedagogia, metodologia, didática, enfim, do próprio sentido de educação. Os professores eram obrigados por tradição a usar um jaleco dentro e fora da sala de aula. O horário de entrada e saída também era monitorado. De acordo com Felix:

“a análise do currículo do CM de Brasília (CMB) revelou que os conteúdos ministrados são monitorados pela instituição, sobretudo os conteúdos de caráter humanísticos e de teor político, visto que estes podem desencadear questionamentos acerca destes temas” (FELIX, 2015).

Acrescenta ainda Felix (2015) que “esse monitoramento também se estende ao trabalho pedagógico do professor em sala de aula que deve seguir estritamente o regimento a fim de promover o ideário defendido pelo sistema educacional militar”.

O comportamento dos alunos em sala de aula ou em qualquer parte do CMS é disciplinado pelo Regimento Interno dos Colégios Militares-RI/CM, que serve como instrumento de imposição de comportamentos, caracterizando o mesmo expediente utilizado nos quartéis com militares, aplicado nesse contexto, à prática pedagógica e ao cotidiano escolar do CMS. Sobre tal aspecto Nogueira (2014) conclui que:

A educação no SCMB está fundamentada na cultura interna desse sistema de ensino, dado que implica na adaptação do aluno ao regimento e, ao adaptar-se ao sistema, o aluno incorpora novas percepções, valores e discursos próprios da instituição militar, caracterizando o fenômeno de aceitação da cultura militar.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é o fato de que o corpo discente dos CMS é formado por alunos amparados e concursados, que num ambiente de competição, meritocracia e valorização exacerbada na obtenção de resultados, mais informa do que forma, mais condiciona do que emancipa, mais exclui do que inclui, haja vista que normalmente os concursados apresentavam melhor desempenho escolar do que os amparados, criando um ambiente de discriminações a partir da categorização do corpo discente. Assevera Freire (2006) que “é necessário que os responsáveis pela educação nos CMS superem as discriminações no sistema que prejudicam parte dos alunos”, em especial, os amparados.

O respeito e o cumprimento da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, no CMS na minha época era algo escandaloso, e possivelmente constrangedor, pois o Exército outrora patrocinou e participou efetivamente do extermínio do povo originário brasileiro, bem como, representou o *braço forte* e a *mão amiga* dos escravocratas para a manutenção da escravidão.

Considerações finais

O CMS está longe de respeitar a legislação que recomenda aos estabelecimentos de ensino brasileiro adotar uma educação inclusiva, pois não existe no corpo de alunos do CMS, alunos com deficiência física, além de sua infraestrutura física, por exemplo, não ser adaptada para alunos(as) cadeirantes.

Fazem-se necessários trabalhos científicos que falem sobre o SCMB com um olhar crítico e reflexivo, sem querer enxergar apenas um sistema educacional modelar por aspecto disciplinar e militar, tampouco pelas aprovações nos certames pré-acadêmicos Brasil afora.

Cabe uma investigação por parte do MEC sobre a atuação de supostos professores sem a devida formação acadêmica que ministram aulas nas diversas disciplinas da matriz curricular adotada no CMS, e que também ocupam cargos estratégicos na gestão escolar e no acompanhamento pedagógico dos alunos.

Apesar dos resultados exitosos obtidos no vestibular/Enem, precisamos analisar com muito cuidado sobre a política e prática pedagógica executada pelo SCMB, pois esses bons resultados podem esconder outros interesses do Exército brasileiro, que seria a construção de um pensamento único de projeto ou pseudoprojeto de nação, que de acordo com a CF/88 não é uma atribuição das Forças Armadas.

É preciso colocar uma lupa no processo de ensino/aprendizagem dos colégios militares do SCMB para entendermos que a proposta pedagógica não é inclusiva, muito pelo contrário, o sistema existe inicialmente para amparar os filhos de militares da ativa ou da reserva, outras vagas são disponibilizadas para o público civil, que se submete a uma seleção bastante concorrida, logo os alunos que chegam nesse sistema de ensino fruto desse certame não apresentam déficit de aprendizagem.

As escolas civis não escolhem seus alunos, também não funcionam como um clube de vantagens educacionais para determinada parcela da sociedade como ocorre em todo SCMB. Essa história de ser um modelo é em certa medida uma fraude, pois o público alvo do sistema é selecionado, diferente do público alvo da maioria das escolas públicas municipais, estaduais e federais (os Institutos Federais, por exemplo).

Precisamos esclarecer aos pais e a sociedade em geral sobre a educação inclusiva, pois os militares sejam eles das Forças Armadas ou das Polícias Militares não são os servidores públicos mais indicados para criar e implantar uma proposta pedagógica, tampouco para implementá-la, uma vez que essas mesmas instituições não conseguem desempenhar com sucesso suas próprias atividades fim.

Por fim, seria de grande valia que os professores civis sindicalizados ou não pudessem retratar com mais frequência sobre o cotidiano escolar nos colégios militares e sobre sua autonomia profissional nesses espaços, possivelmente essa iniciativa ajudaria a responder algumas questões: quais as consequências para quem ousa questionar a gestão pedagógica e a proposta pedagógica do SCMB? Como ocorre a capacitação dos professores que atuam no SCMB? Há diálogo aberto, transparente e democrático entre comandantes, equipe pedagógica e corpo docente? Como os professores civis se identificam nesses espaços de ensino militar? Existe valorização da carreira dos

professores e há plano de carreira no âmbito do Exército? Como ocorre o reconhecimento do corpo docente pela SCMB perante a opinião pública, devido o “sucesso” do modelo de ensino adotado?

Referências

BARONE, João. *O Brasil e a sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BRASIL. *Boletim do Exército*. Brasília, nº 1, 04 de janeiro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889. *Regulamento para o Imperial Colégio Militar*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. *Exército Brasileiro: Colégios Militares, ensino fundamental e médio*. Disponível em: <https://goo.gl/X3GaNw>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. *Portaria n. 42* - DEPA de 6 de fevereiro de 2008.

BRASIL. Projeto Pedagógico do Sistema do Colégio Militar do Brasil (PP/SCM) – DEPA. Rio de Janeiro. RJ, 2015.

BRASIL. Regimento Interno dos Colégios Militares-RI/CM - DEPA dezembro de 2009.

CARVALHO, Argens José de. Colégio Militar Cem Anos de Tradição. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 126, n. 1, p. 123, jan./mar. 1989.

CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2006.

DEPA. *Sistema Colégio Militar do Brasil da gênese ao futuro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

FELIX, J. L. P. *Colégio Militar de Brasília (1978 – 2013): Memória, cultura e ensino*. 202f. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUCGoiás, 2015.

FREIRE, F. F. *Estabelecidos e Outsiders no Colégio Militar do Rio de Janeiro*. 29. ed. Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 17f. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, 2006.

HARTMANN, Emerson; BECKER, Elsbeth Léia Spode. Histórico do Sistema Colégio Militar do Brasil e seu processo de formação na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 165-187, 2018. ISSN 2179-6890.

HOMERO, Adler. Soldados na paz e na guerra. *Revista Nossa História*, n. 38, 2006.

LEAL, Fabiana Maria. “Por Trás dos Portões”: a disciplina no Colégio Militar de Curitiba (1959- 1964). *Revista de Monografias de História*, Curitiba, n. 3, p. 01-40, 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/15276969/por-tras-dos-portoes-a-disciplina-no-colegio->. Acesso em: 14 jul. 2021.

MENDES, C. F. M. *O Sistema do Colégio Militar: educação formal eficiente como instrumento*. 40f. Monografia (Curso de altos estudos de política e estratégia). Rio de Janeiro, RJ: Escola Superior de Guerra, ESG, 2014.

NOGUEIRA, J. G. *Educação Militar: Uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil* (SCMB). 149f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2014.

PIRASSUNUNGA, Adailton Sampaio. *O ensino militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

VIANNA, G. S. *O sabre e o livro: Trajetórias históricas do CMC (1959-1988)*. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2001.

ZIMMERMANN, Odirlei. *O Exército Brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História apresentado à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/3114/TCC-_Definitivo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 6 jul. 2021.

Recebido em 21 de maio de 2021.

Aceito em 18 de junho de 2021.